

CHILDFUND BRASIL

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

CHILDFUND BRASIL

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanco patrimonial

Demonstração do superávit/ (déficit) do exercício

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores
Conselheiros e Administradores do
ChildFund Brasil – Fundo para Crianças
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações do **ChildFund Brasil**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação do **ChildFund Brasil**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota nº 25, em 03 de outubro de 2014, a Entidade teve toda a sua documentação fiscal referente aos exercícios de 2010 e 2011 destruídas por incêndio ocorrido nas instalações de prestador. A Administração da Entidade informou-nos que não houve perdas econômicas decorrentes desse sinistro e que é baixa a probabilidade de que sejam futuramente detectadas e mensuradas novas perdas decorrentes desse assunto. Nossa opinião não está ressalvada com relação a este assunto.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ora apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório não modificado datado de 31 de março de 2017, e conteve ênfase quanto ao mesmo assunto descrito no item acima.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do **ChildFund Brasil**, é a responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não tivemos acesso ao relatório da administração até o encerramento de nossos trabalhos e, portanto, não temos nada a relatar a respeito disso.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do **ChildFund Brasil**, é a responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos Controles Internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da **ChildFund Brasil**, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o **ChildFund Brasil**, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do **ChildFund Brasil**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia, de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os Controles Internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos Controles Internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos Controles Internos do **ChildFund Brasil**
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis, e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **ChildFund Brasil** a não mais se manter em continuidade operacional.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 20 de abril de 2018


R&R AUDITORIA E CONSULTORIA

CRC/MG nº 5.198-02

CVM 8460



Luiz Carlos Rodrigues e Rodriguez
CONTADOR
CRC/MG n. ° 21.055



Warley de Oliveira Dias
CONTADOR
CRC/MG n. ° 094.865

BALANÇO PATRIMONIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
		Reapresentado			Reapresentado
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de caixa (nota 4)	770	850	Fornecedores	101	74
Adiantamento a funcionários	24	68	Ordenados e Salários a Pagar (nota 9)	1	2
Adiantamento a terceiros (nota 5)	61	57	Impostos e contribuições a recolher	84	110
Estoque (nota 6)	82	42	Doações a repassar (nota 10)	715	420
Despesas do exercício seguinte	7	6	Contribuições a repassar (nota 11)	698	609
INSS a recuperar	-	2	Provisão de férias e encargos (nota 12)	260	253
Creditos a Receber	35	-			
Receb. a Serem Destinados	372	-			
Total do ativo circulante	1.351	1.025	Total do passivo circulante	1.859	1.468
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Propriedades para investimento (nota 3.J)	-	-	Patrimônio Social (nota 13)	840	1.439
Imobilizado (nota 7)	4.253	4.238	Reserva de Reavaliação	3.078	3.181
Intangível (nota 8)	60	226	Déficit (superávit) acumulado	(113)	(599)
	4.313	4.464	Total do Patrimônio Social	3.805	4.021
TOTAL DO ATIVO	5.664	5.489	TOTAL DO PASSIVO	5.664	5.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO PERÍODO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)**

	2017	2016
RECEITAS ORDINÁRIAS		
Doações internacionais (nota 15)	16.804	20.953
Doações nacionais (nota 15)	6.229	6.116
Convênio Corporativo - Telefonica - (nota 16)	83	80
Convênios Corporativos - P&G - (nota 16)	479	303
Trabalho Voluntario - (nota 19)	36	29
	<u>23.631</u>	<u>27.481</u>
DESPESAS CONCESSÃO DE GRATUIDADES		
Gratuidades (nota 17)	(17.905)	(22.342)
SUPERÁVIT ORDINÁRIO	<u>5.726</u>	<u>5.139</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Pessoal e encargos	(2.648)	(2.583)
Impostos e taxas	(8)	(12)
Serviços de terceiros	(863)	(1.053)
Despesas Melhor de Mim (Telefonica)	(83)	(80)
Despesas P&G	(365)	(282)
Renúncia Fiscal – Despesas Contribuição Previdenciária - (nota 23)	(706)	(647)
Renúncia Fiscal - Receita Contribuição Previdenciária - (nota 23)	706	647
Receitas distribuição saches P&G	84	101
Despesas distribuição saches P&G	(84)	(101)
Despesas Trabalho Voluntario	(36)	(29)
Despesas com depreciação e amortização (nota 21)	(390)	(393)
Despesas com viagens	(551)	(528)
Despesas Postais	(158)	(198)
Despesas c/taxas e condomínio	(165)	(149)
Despesas c/taxas e contribuições	(119)	(100)
Despesas c/ telecomunicações	(93)	(80)
Despesas c/energia elétrica	(54)	(63)
Despesas gerais (nota 20)	(344)	(551)
Receitas financeiras	11	3
Despesas financeiras	(238)	(216)
Receitas de aluguéis (nota 22)	111	142
Alienação ou baixas de bens ativo imobilizado	64	-
Outras Receitas (Despesas)	(14)	(29)
	<u>(5.943)</u>	<u>(6.201)</u>
(DÉFICIT) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	<u>(217)</u>	<u>(1.062)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em reais)**

Composição	Patrimônio social	Reservas de reavaliação	Superávit / (Déficit) acumulado	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	1.474	3.644	(35)	5.083
Incorporação do superávit acumulado	(35)		35	-
Realização da reserva de reavaliação		(463)	463	-
Déficit do exercício			(1.062)	(1.062)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.439	3.181	(599)	4.021
Incorporação do déficit acumulado	(599)		599	-
Realização da reserva de reavaliação		(103)	103	-
Déficit do período			(217)	(217)
Ajuste déficit período anterior			1	1
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	840	3.078	(113)	3.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos		
Doações e Parcerias	23.631	27.481
Alugueis	111	142
Recebimento de Juros	11	3
Outras Receitas	<u>2</u>	<u>8</u>
	23.755	27.634
Pagamentos		
Fornecedores	(3.663)	(3.007)
Salários e Ordenados	(3.880)	(3.937)
Impostos e Contribuições	(8)	(12)
Tarifas bancárias	(238)	(216)
Subsídios para projetos	(16.038)	(20.796)
Outros Pagamentos	<u>(72)</u>	<u>(75)</u>
	(23.899)	(28.043)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(144)	(409)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimento pela Desapropiação Imovel	-	309
Recebimento pela Venda de Imobilizado	64	34
Pagamento pela Compra de Imobilizado e Intangível	<u>-</u>	<u>(83)</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	64	260
(Redução) Aumento líquido no no caixa e equivalentes de caixa	<u>(80)</u>	<u>(149)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	850	999
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do exercício	770	850
(Redução) Aumento líquido no no caixa e equivalentes de caixa	<u>(80)</u>	<u>(149)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em reais mil)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O ChildFund Brasil – Fundo para Crianças é uma entidade de assistência social de direito privado e sem fins lucrativos organizada sob a forma de associação de fins não econômicos, com atividade preponderante na área social, conforme o artigo 4º. Do Estatuto Social. Tem como objetivo realizar ações socioassistenciais de atendimento de forma continuada, permanente e planejada, por meio da prestação de serviços, execução de programas ou projetos e concessão de benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidas a famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, de forma gratuita, sem distinção de raça, cor, credo religioso ou político. Sua Administração é composta por Conselho de Administração, Assembleia Geral e Conselho Fiscal.

Foi constituído em 30 de agosto de 1966 e possui reconhecimento de utilidade pública em âmbitos Federal, Estadual e Municipal conforme Lei Federal nº 91/1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517/1961 e atendendo os critérios da Lei nº 13.019/2014. Registrado no Conselho Municipal de Assistência Social, Registrado no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), em análise do triênio 01/01/2018 a 31/12/2021 no MDS protocolado em 07/12/2017. Ademais mantém Certificado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte – CMDCA/BH sob o nº 00086/01.

Para manutenção do título, a Entidade está obrigada a apresentar anualmente o relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade no ano anterior acompanhado das respectivas demonstrações financeiras.

Com atuação em seis estados (Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Goiás, Amazonas, Bahia e Piauí) apoia, técnica e financeiramente, entidades que desenvolvem programas de atendimento a crianças, adolescentes, famílias e comunidades em situação de risco social em regiões urbanas e rurais, como creches, escolas e centro de serviços, de acordo com as políticas básicas de atendimento determinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e Convenção Internacional dos Direitos da Criança. A ênfase maior do trabalho do ChildFund Brasil está no processo de socialização, com a participação da família e da comunidade.

O ChildFund Brasil atua em mais de 50 municípios. Atende mais de 42 mil crianças, jovens e adolescentes apadrinhadas e não apadrinhadas, junto a organizações sociais parceiras. É mantido exclusivamente pelo sistema de apadrinhamento e de doações especiais de grupos de pessoas e empresas.

O ChildFund Brasil implementou em 2017 programas e projetos sociais, por meio de parcerias e finalizou o ano com 44 organizações sociais parceiras, que atuaram em comunidades em regiões urbanas e rurais, localizadas nos 8 estados atendidos, beneficiando cerca de 140 mil pessoas que vivenciam cotidianamente situações de pobreza, exclusão e vulnerabilidade social. As organizações que compõem a rede de parceiros são de caráter comunitário, geralmente formado por conselhos de pais, creches e grupos de apoio à criança e ao adolescente.

O ChildFund Brasil traçou para o quadriênio 2017-2024 uma estratégia de atuação baseada em uma profunda análise da pobreza infantil no Brasil. Trata-se da Estratégia de Desenvolvimento Social, norteadas nos ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Estratégia do ChildFund International, PNAS – Política Nacional de Assistência Social, dos conceitos de Privação, Exclusão e Vulnerabilidade (PEV) e do PEA – Planejamento Estratégico de Área junto às próprias crianças, adolescentes, jovens e suas famílias sobre a pobreza infantil. Os principais programas desenvolvidos: 1- Primeira Infância Saudável e Protegida, 2- Crianças e Adolescentes Saudáveis e Confiantes, 3- Jovens Capacitados e Participativos. Dentro dos 3 programas os projetos executados têm como base metodológica as tecnologias sociais: Olhares em Foco, Casinha de Cultura, Aflatoun, Animador Comunitário, Gold, MJPOP, Terapia Comunitária Integrativa, Claves, Kit Família Fortalecida e Luta pela Paz.

A Entidade possui aproximadamente 34 mil crianças apadrinhadas em 2017: 8 mil crianças apadrinhadas por brasileiros e 26 mil crianças por estrangeiros (35 mil crianças apadrinhadas em 2016: 8 mil crianças apadrinhadas por brasileiros e 27 mil crianças por estrangeiros).

A queda do número de crianças apadrinhadas por estrangeiros reflete uma tendência mundial de redirecionamento das doações em virtude do atual cenário econômico financeiro do Brasil. Assim percebe-se uma migração das doações estrangeiras para países considerados mais pobres. Com relação ao apadrinhamento brasileiro, a queda refere-se à exclusão no banco de dados do ChildFund, de padrinhos que não haviam efetuado pagamentos por período superior a um ano.

O desafio do ChildFund Brasil é a busca pelo crescimento do apadrinhamento nacional para suprir as perdas dos padrinhos estrangeiros, buscando novos parceiros neste mercado.

A Entidade, em conformidade com o seu estatuto social, não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de seu superávit como lucro ou participação em resultados, aplicando integralmente os seus recursos no País, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos refletidos, devidamente, em seus demonstrativos financeiros.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000). A Entidade está sujeita ainda à observância da Interpretação, NBC ITG 2002 - Entidade Sem Finalidade de Lucros, do Conselho Federal de Contabilidade.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas com base no custo histórico.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da ChildFund Brasil. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

- Vida útil dos ativos - Notas 3.c e 3.d
- Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) - Nota 3.c
- Provisões e contingências - Nota 3.e
- Ajuste a valor presente - Nota 3.g
- Reconhecimento dos trabalhos voluntários – Nota 3.h

2.5 Aprovação das demonstrações financeiras

A de Administração da ChildFund Brasil autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 20 de abril de 2018, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

2.6 Critérios Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo as observações contidas na Nota 3.j – Políticas Contábeis e Mudança de Estimativa.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela ChildFund Brasil na elaboração das demonstrações financeiras são como seguem:

a. Receitas e despesas

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições recebidas mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade, conforme determina a NBC ITG 2002, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras que sejam de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que são sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

c. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e das depreciações acumuladas e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). A Entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

Apesar de possuir imóveis que se enquadra na definição de propriedade para investimento, a Entidade classificou os ativos como imobilizado, em consonância com a NBC TG 1000 (seção 16), tendo em vista que a Administração entende que os imóveis não serão avaliados pelo valor justo a cada balanço de forma contínua, sem custo ou esforço excessivos.

Um item de imobilizado é baixado quando alienado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do superávit (déficit) no exercício em que o ativo for baixado.

d. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas, são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no prazo ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado, consistente com a utilização da vida útil dos ativos intangíveis.

e. Provisões e Contingências

A provisão é reconhecida quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. No momento em que a Entidade é parte de processos judiciais e/ou administrativos, as provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos, internos e externos, da Entidade.

f. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base “pro-rata” dia. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente.

g. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo, quando existentes, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

h. Reconhecimento dos trabalhos voluntários

Os trabalhos voluntários (receitas e despesas), inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, são reconhecidos pelo valor justo da prestação dos serviços como se tivessem ocorrido os desembolsos financeiros.

i. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método direto, são preparadas e apresentadas de acordo com a NBC TG 1000 (seção 07).

j. Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

As principais políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados com objetivo melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis da Entidade, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades. A Entidade no exercício de 2017 efetuou a reclassificação para o grupo Imobilizado dos imóveis anteriormente classificados como Propriedade para Investimentos, tendo em vista que os imóveis não serão avaliados pelo valor justo a cada balanço de forma contínua, sem custo ou esforço excessivos. Esse registro implicou na reapresentação retrospectiva do Balanço Patrimonial do exercício de 2016 para fins de melhoria de entendimento e comparação das informações, referente aos saldos das rubricas afetadas, com o destaque no título da nomenclatura “reapresentado”.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A posição de caixa e equivalentes, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	2017	2016
Caixa	4	4
Bancos sem restrição	105	329
Bancos com restrição – Projeto Eclesiástico	29	29
Bancos com restrição - Subsídio	497	207
Aplicações Financeiras sem restrição	30	165
Aplicações Financeiras com restrição – Proj Melhor de Mim	0	116
Aplicações Financeiras com restrição – Subsídio	105	0
	770	850

As aplicações financeiras referem-se a aplicações efetuadas em Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, com remuneração variando de 5% a 94% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 31 de dezembro de 2017. Esses certificados podem ser resgatados a qualquer momento pela administração da Entidade sem qualquer ônus.

5. ADIANTAMENTO A TERCEIROS

Os recursos de parcerias em projetos referem-se a adiantamentos para as Organizações Sociais Parceiras para execução de projetos específicos com o objetivo de trazer melhorias para as famílias e comunidades, conforme demonstramos a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Catálogo Nacional	20	57
Adiantamento Desenvolvimento Social	5	0
Adiantamento Fornecedor	36	0
Total	<u>61</u>	<u>57</u>

Os recursos de parcerias decorrem basicamente de doações referentes a campanhas do ChildFund Brasil e ChildFund Internacional.

6. ESTOQUE

Os valores na rubrica de estoque de terceiros, estão registrados pelo valor justo e referem-se a projeto executado em parceria com P&G - **Procter & Gamble**. Os itens estocados são saches individuais utilizados no projeto “Água Pura para Crianças”. Os mesmos são distribuídos mensalmente para as famílias das comunidades através das Organizações Parceiras.

Em 31 de dezembro de 2017 está demonstrado abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Estoque Inicial	42	89
Distribuídos	(85)	(199)
Baixa perda	-	-
Recebidos	125	152
Estoque Final	<u>82</u>	<u>42</u>

7. IMOBILIZADO

Todos os bens imobilizados da Entidade, incluindo o grupo de edificações, foram reavaliados conforme Laudo de Reavaliação emitido pela empresa Dhisa Auditores Associados, no. 481, datado de 31 de outubro de 2006, quando suas taxas de depreciação, vida útil remanescente e valores foram ajustados conforme laudo. Ademais a Entidade optou pela não adoção do custo atribuído (*deemed cost*) aos seus ativos imobilizados conforme facultado pelo CPC 27 e ICPC 10.

	<u>Taxa de depreciação ao ano %</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u> <u>Reapresentado</u>
Terrenos		1.154	1.154
Edificações	2,5% a 4,0%	4.006	4.006
Máquinas e equipamentos	8,0% a 11,0%	165	168
Móveis e utensílios	8,0% a 10,0%	36	36
Veículos	6,0% a 20%	375	280
Computadores e periféricos	11% a 25%	324	314
		<u>6.060</u>	<u>5.958</u>
Depreciação/Amortização acumulada		<u>(1.807)</u>	<u>(1.720)</u>
		<u>4.253</u>	<u>4.238</u>

Conforme item 57 do CPC 27, a Entidade não alterou a forma de utilização do seu imobilizado, como também, não identificou desgastes e quebra relevante inesperada, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que indicassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação.

A movimentação do imobilizado nos exercícios de 2017 e 2016, estão assim representados:

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Liquido</u>
Saldo em 31/12/2015	2.233	(703)	1.530
Aquisições	93		93
Baixas	(391)		(391)
Depreciação		(113)	(113)
Saldo em 31/12/2016	1.935	(816)	1.119
Aquisições	245		245
Baixas	(114)		(114)
Transferências	3.393		3.393
Depreciação		(390)	(390)
Saldo em 31/12/2017	5.459	(1.206)	4.253

8. INTANGÍVEL

Com o objetivo de melhorar seus processos de gestão, em 2010 o ChildFund Brasil iniciou o processo de implementação do software de gestão integrada Peoplesoft doado pela empresa Oracle Sistemas do Brasil, em Maio de 2009. Desde seu início, a Entidade incorreu em gastos no montante de R\$ 809 mil, no processo de implantação do sistema.

A posição do intangível, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	<u>Taxa de amortização ao ano %</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Softwares	20%	141	140
Software PeopleSoft	20%	809	809
		950	949
Amortização acumulada		(890)	(723)
Saldo em 31/12/2017		60	226

A movimentação do intangível nos exercícios de 2017 e 2016 estão assim representados:

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>
Saldo em 31/12/2015	949	(556)	393
Aquisições			
Amortização	-	(167)	(167)
Saldo em 31/12/2016	949	(723)	226
Aquisições	1		1
Amortização		(168)	(168)
Saldo em 31/12/2017	950	(891)	59

9. ORDENADOS E SALÁRIOS A PAGAR

A partir de julho de 2015, a Entidade alterou a data de pagamento de salário dos seus funcionários para o dia 25 do mês de competência, de forma que desde a referida data, esta conta passou a registrar a baixa do saldo a pagar nos fechamentos de cada mês.

10. DOAÇÕES A REPASSAR

No momento do recebimento das doações, os valores são registrados na rubrica “Doações a repassar”. Ao serem identificados, estes são reclassificados de acordo com sua natureza.

Eventualmente, o saldo residual desta conta, refere-se a recursos ainda em processo de reconhecimento.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo residual foi de R\$ 714 mil (R\$ 420 mil em 2016), conforme a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo anterior	420	457
Doações recebidas	12.945	11.915
Devolução de doações	(9)	(4)
Doações recebidas e identificadas conforme sua natureza	(12.641)	(11.948)
Saldo final	715	420

O ChildFund Brasil controla em contas patrimoniais os efeitos de gratuidade dos presentes de padrinhos destinados às crianças apadrinhadas (DFC's – Designated Fund Certificate), mantendo em seu passivo circulante os valores arrecadados para posterior repasse.

O saldo de DFC's repassado no exercício foi:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
DFC's de doações internacionais	3.308	3.878
DFC's de doações nacionais	<u>1.356</u>	<u>1.278</u>
	<u>4.664</u>	<u>5.156</u>

11. CONTRIBUIÇÕES A REPASSAR

A Entidade reconhece as contribuições quando há segurança de que cumprirá as condições estabelecidas pelos parceiros e de que a subvenção será recebida ou quando já foi recebida.

Em 31 de dezembro a Entidade possuía em seus livros os seguintes registros:

Contribuições a apropriar passiva	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contribuição campanha Pague Menos	14	13
Contribuição campanha Catalogo	-	162
Contribuição campanha Fundação Amazonas	-	7
Contribuição Projeto Melhor de Mim	-	83
Contribuição Projeto P&G	82	43
Subsídios retidos a repassar	<u>602</u>	<u>301</u>
Total das contribuições a realizar	<u>698</u>	<u>609</u>

12. PROVISÕES DE FÉRIAS E ENCARGOS

A posição de provisão de férias e encargos, em 31 de dezembro, estava assim representadas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provisão para férias	241	234
Encargos s/ férias	<u>19</u>	<u>19</u>
	<u>260</u>	<u>253</u>

13. PATRIMÔNIO SOCIAL

Os resultados dos períodos são mantidos na rubrica "Superávit/Déficit acumulado", enquanto não aprovados pela Assembleia Geral e, após a sua aprovação, são incorporados à conta de Patrimônio Social.

O patrimônio social da Entidade em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 840 mil, representa o montante inicial aportado para início das atividades da Entidade, sendo aumentado ou reduzido anualmente em função do superávit ou déficit apurado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os resultados apurados foram, respectivamente, déficits de R\$ 217 mil e de R\$ 1.062 mil.

14. DOAÇÕES

A Entidade recebeu doações e subvenções durante o exercício registradas em contas de receita da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Subsídios internacionais	11.275	14.189
Verbas do orçamento operacional	3.127	3.909
Verba PEF – Partners Effective Funds	2.373	2.854
Outras doações recebidas	30	1
Doações externas	<u>16.805</u>	<u>20.953</u>
Subsídios brasileiros	3.604	3.421
Arrecadações nacionais para custeio	2.179	2.097
Outras doações recebidas	529	598
Doações locais	<u>6.312</u>	<u>6.116</u>
	<u>23.117</u>	<u>27.069</u>

As receitas com doações auferidas pela Entidade são provenientes do Brasil e do exterior, na forma de subsídios a organizações sociais parceiras e verbas especiais a projetos.

15. DOAÇÕES CORPORATIVOS

O ChildFund Brasil passou a partir de 2014 a controlar em contas de resultado os efeitos de gratuidade dos convênios corporativos para desenvolvimentos de projetos.

O saldo realizado de convênios corporativos foi:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Projeto P&G	479	303
Projeto Melhor de Mim	83	80
	<u>562</u>	<u>383</u>

Essas receitas são proporcionadas pelo sistema de apadrinhamento e parcerias com corporações, governos, entre outros.

16. CONCESSÃO DE GRATUIDADES

A Entidade mantém controle financeiro e realiza acompanhamento permanente sobre todas as verbas repassadas às organizações sociais parceiras. A cada repasse, a respectiva prestação de contas é obrigatória e, necessariamente, enviada ao ChildFund Brasil no prazo máximo de 20 dias do mês posterior ao do repasse, viabilizando o acompanhamento da coerência na aplicação das verbas.

O objetivo do repasse por dessas Organizações é, principalmente, de desenvolver e executar programas de Assistência Social de acordo com os planos de atividades elaboradas por elas.

De acordo com a Resolução 188 do CNAS, os valores repassados para as Organizações parceiras podem ser considerados como gratuidades, sendo registradas dentro do grupo de despesas ordinárias, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Subsídios – Organizações Sociais Parceiras	14.338	17.428
Verbas especiais a projetos	459	759
Apoio a Programas Sociais (nota 18)	3.108	4.155
	<u>17.905</u>	<u>22.342</u>

As verbas e subsídios recebidos foram enviados às Organizações Sociais Parceiras e são lançados em conta específica de despesa.

A seguir apresentação dos saldos repassados, segregados por Organização Parceira:

Nº	CNPJ	Código	Organizações Parceiras	R\$ mil
1	22.730.899/0001-30	317	Griasc	164
2	65.151.078/0001-52	318	Grupo Crianças B.Nova Vida	298
3	20.212.320/0001-12	1174	Assoc.Des.Com.E Ação Social	2
4	03.226.069/0001-26	1613	Procaj	542
5	22.444.723/0001-12	1662	Gedam	223
6	22.705.537/0001-00	1733	Conacreje	455
7	22.695.548/0001-36	1736	Assoc.Com.De Padre Paraíso	511
8	22.692.289/0001-90	1737	Assoc.Com.Municipal De Medina	295
9	02.486.051/0001-09	2362	Centro A.Crian.Adol.Conj.P.Vi	183
10	20.817.607/0001-76	3175	Aprisco - Assoc.Promocio	277
11	21.085.634/0001-64	3176	Assoc.Municipal De Assistência	283
12	21.025.580/0001-41	3177	Abita - Assoc.Benef.De Itaporé	244
13	21.248.703/0001-03	3178	Aplant	270
14	21.249.214/0001-76	3179	Arai - Assoc.Rural Assistência	370
15	21.249.362/0001-90	3718	Associar	244
16	21.248.877/0001-76	3862	Ampliar	269
17	21.225.776/0001-80	3863	Achanti	357
18	06.031.957/0001-81	4000	Amipro - Assoc.M.R.Carbonita	350
19	03.209.419/0001-46	9182	Adecave	251
20	03.235.662/0001-39	9202	Ajenai	235
21	04.021.055/0001-39	9682	Ascai - Assoc.Cr.Adol.Itaobim	281
22	04.021.056/0001-83	9683	Araic-Assoc.R.A.F/J Comercinho	239
23	06.737.761/0001-07	420	C.C.C.T.Carentes Quitaius	209
24	06.743.116/0001-05	427	Soc.Educação E Saúde À Família	549
25	00.773.448/0001-48	1052	Assoc.Unidos Para O Progresso	441
26	06.949507/0001-72	1058	Assoc.Com.Cul.Agr.Vale Do Curu	258
27	11.088.341/0001-87	1283	Proj.Do Bem-Estar Comunitário	344
28	10.490.977/0001-98	1289	Proj.Alegria Da Criança	702
29	11.331.808/0001-78	1451	Proj.Com.Sorriso Da Criança	436
30	11.333.200/0001-82	1458	Proj.Frente Benef.Para Criança	559
31	11.088.333/0001-30	1471	Projeto Criança Feliz	669

32	11.664.711/0001-87	1766	Soc.Assistência À Criança	195
33	06.744.502/0001-03	1775	Assoc.Com.Do Guarani	353
34	05.674.262/0001-55	3385	Assoc.Recreativa Salonópolis	128
35	12.462.347/0001-35	3389	União Popular Pela Vida	400
36	12.459.145/0001-34	3392	Centro De Apoio À Criança	716
37	06.581.730/0001-00	3393	Soc.Prot.A.Famílias Itapipoca	267
38	11.768.033/0001-00	3394	Assoc.União Das Famílias	266
39	06.736.789/0001-20	3397	Centro Social De Orós	333
40	07.336.571/0001-40	3724	Mov.De Ajuda Familiar De Ocara	189
41	06.740.971/0001-54	3729	Soc.De Apoio À Família Carente	188
42	03.831.826/0001-90	4028	Assoc.Moradores Cariri Mirim	181
43	40.984.593/0001-92	4029	Assoc Morad. Bairros Frutilândia e Fulô do Mato	178
44	24.822.613/0001-72	9803	Asscad	147
45	24.996.140/0001-20	9804	Ass. de prom.e assist. a infância e juventude	287
TOTAL				14.338

17. APOIO A PROGRAMAS SOCIAIS

A verba destinada a “Apoio a Programas Sociais” são utilizadas para monitoramento da execução das atividades nas Organizações Sociais Parceiras, realizado pelos escritórios regionais. Dentre as principais despesas, podemos destacar:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Honorários de Auditoria	183	202
Serviços contratados	487	441
Despesas c/ postais	311	266
Despesas com pessoal	1.080	1.106
Despesas gerais	223	205
Despesas com viagens	207	460
Reuniões e conferências	519	595
Materiais para projetos	98	528
Repassé OSPs – PEF	-	352
	<u>3.108</u>	<u>4.155</u>

18. TRABALHO VOLUNTARIO

São basicamente divididos em três grupos, Governança, Gestão e Grupos de trabalho. Na Governança são classificados os trabalhos voluntários do Conselho Administração e Fiscal. Nos Grupos de trabalho são classificados os trabalhos voluntários dos participantes do Grupo de Trabalho de Finanças, Compliance, Recursos Humanos e Desenvolvimento Social. Na Gestão são classificados os trabalhos voluntários dos Comitês. Os trabalhos voluntários do Grupo Governança foram mensurados com base nos valores praticados por esses profissionais no mercado para o cargo.

	<u>Reuniões</u>	<u>Participantes</u>	<u>Horas</u>
2017			
Governança	2	15	16
2016			
Governança	2	12	16

Os valores apresentados na demonstração dos resultados estão assim compostos:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Governança	36	29
	<u>36</u>	<u>29</u>

19. DESPESAS GERAIS

O grupo de despesas gerais considera diversas despesas necessárias à operacionalidade da Entidade, sendo as mais relevantes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas entre escritórios	-	73
Despesas c/ reuniões, conferências e eventos	25	63
Despesas c/ material de escritório	17	18
Despesas c/ alimentação	35	38
Despesas c/ manutenção de instalações e equipamentos	31	38
Despesas c/ material de limpeza/higiene	11	17
Despesas c/ combustíveis	10	9
Despesas c/ estacionamento	15	18
Despesas c/ aluguel	2	7
Despesas c/ fotocópias	14	20
Bens de pequeno valor	10	11
Despesas c/ condução	39	52
Prêmio seguro	3	4
Publicações/publicidade	15	46
Brindes e presentes	8	18
Outras	109	119
	<u>344</u>	<u>551</u>

20. DESPESAS COM DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Após reavaliação dos bens do ativo imobilizado, conforme laudo emitido pela empresa Dhis Auditores Associados, no. 481, em 31 de outubro de 2006, a Entidade passou a registrar os efeitos da depreciação dos bens reavaliados no resultado do exercício, com base na vida útil informada no laudo, sendo a reserva correspondente simultaneamente transferida para a rubrica "Déficit ou Superávit acumulado no Patrimônio Líquido". Os efeitos de depreciação correspondentes à reavaliação e ao custo original no resultado do exercício podem ser assim demonstrados:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas de depreciações (custo líquido)	119	109
Despesas de amortizações (software)	168	166
Despesas de depreciações/amortizações (custo reavaliado)	103	118
	<u>390</u>	<u>393</u>

21. RECEITAS DE ALUGUÉIS

As receitas de aluguéis são oriundas de imóveis situados em Minas Gerais e Ceará. Em novembro de 2013, os imóveis CEIA e CEDI foram cedidos em comodato à Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salas do Edifício Work Center - BH	102	142
Salas/Vaga garagem do Edifício Top Center - Fortaleza	9	
	<u>111</u>	<u>142</u>

22. RENÚNCIA FISCAL

Em função da isenção tributária quanto ao INSS patronal, por se tratar de Entidade sem fins econômicos, devidamente regularizada nos órgãos normativos, o ChildFund Brasil se beneficiou dos seguintes montantes de isenção nos exercícios de 2017 e 2016:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
INSS Patronal - Fopag	636	573
INSS Patronal – Autônomos	55	59
INSS Patronal – Cooperativas	15	15
	<u>706</u>	<u>647</u>

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa - estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

24. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade mantinha cobertura de seguros para seu imobilizado em montante considerado pela mesma suficiente para cobrir eventuais sinistros.

25. INCÊNDIO NA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE GUARDA DE DOCUMENTAÇÃO DO CHILDFUND BRASIL

Em 03 de outubro de 2014, a Memovip teve parte das instalações de sua sede incendiada (Laudo pericial 0000542/15 da Primeira Delegacia da Polícia Civil/Contagem) que resultou na queima, com consequente perda total da documentação fiscal no período de 2010 e 2011.

A Administração entende que é baixa a probabilidade de que sejam futuramente detectadas e mensuradas novas perdas decorrentes desse assunto.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2017

Gerson Pacheco
Diretor Nacional

Eduardo Henrique Ramalho França
Gerente Financeiro

Sérgio Alexandre dos Santos Filho
Contador CRC MG 108686/O-8